

OBSERVATÓRIO CONE SUL DE DEFESA E FORÇAS ARMADAS

INFORME BRASIL Nº 143

Período: de 25/09/04 a 01/10/04

Franca – Brasil

- 1-Coluna opinativa critica atitude da universidade brasileira frente às Forças Armadas
- 2- Força de paz tenta manter a segurança e ajudar vítimas da tempestade tropical no Haiti
- 3- Anistia I – Governo reservou R\$ 2 milhões para indenizações
- 4- Ação pede fim de transferência livre a militar
- 5- Anistia II - Família pede anistia póstuma para presidente deposto pelo regime militar de 1964
- 6- Estados Unidos anunciam vinda de Powell ao Brasil
- 7- Governo incluirá salvaguardas em minuta de lei sobre o terrorismo
- 8- Governo diz que negociação com AIEA se processa normalmente
- 9-Colômbia deve comprar 24 caças leves do Brasil
- 10-Exército esteve de sobreaviso para proteger as eleições municipais

Coluna opinativa critica atitude da universidade brasileira frente às Forças Armadas

Em coluna opinativa publicada no jornal *O Globo*, o filósofo e articulista Olavo de Carvalho, teceu críticas à política exterior do governo do presidente Luiz Inácio Lula da Silva, à universidade brasileira e ao posicionamento desta frente às Forças Armadas. De acordo com ele, a “universidade brasileira é inimiga inconciliável dos militares e colaboradora do *establishment globalista*” na destruição das Forças Armadas brasileiras. E ainda, “sua recusa a cumprir a lei que garante vaga a soldados e oficiais transferidos é um ato de rebelião ao mesmo tempo criminoso e pueril”. (*O Globo – Primeiro Caderno – 25/09/04*).

Força de paz tenta manter a segurança e ajudar vítimas da tempestade tropical no Haiti

O jornal *Folha de S. Paulo* publicou novamente nesta semana reportagem sobre o esforço da Força de Paz das Nações Unidas (ONU) em tentar manter a segurança e ajudar vítimas da tempestade tropical no Haiti. A emergência em Gonaives afetou a atuação da força de paz, que está com o efetivo bem aquém do previsto. O general Heleno – comandante da força de paz - recebeu apenas 2.800 dos 6.700 militares autorizados pela ONU para a força de paz no país, dos quais 1.197 são da Brigada Haiti, composta por soldados do Exército Brasileiro e do Corpo de Fuzileiros Navais. Segundo o general, "A brigada brasileira está desgastada". Ela deveria cuidar apenas da capital haitiana, mas foi preciso enviar tropas para outras localidades. O comandante da unidade brasileira, general-de-brigada Américo Salvador de Oliveira, diz ainda que quase metade dos capacetes azuis é

constituída de tropas de apoio, ou seja, cozinheiros, mecânicos, telefonistas. A Força de Paz espera a chegada das tropas prometidas por países como Nepal, Sri Lanka e Espanha. A *Folha de S. Paulo* divulgou também que um avião da Força Aérea Brasileira (FAB) decolou no dia 26 da Base Aérea de Brasília levando alimentos e remédios à população vítima da tempestade. Segundo o sub-chefe executivo do Gabinete de Segurança Institucional da Presidência da República, general Wellington Fonseca, cerca de 13 toneladas de comida serão enviadas para o Haiti. Os alimentos enviados atenderão cerca de 1600 pessoas e os remédios, outras 20 mil. O general Jorge Armando Félix, chefe do Gabinete de Segurança Institucional, declarou que a missão deve ter caráter prioritário. Segundo *O Globo*, o tenente-coronel Carlos Alberto Gonçalo Lucas, afirmou que a FAB enfrenta dificuldades financeiras para conservar a frota aérea. A exemplo disto, a ida da FAB ao Haiti sofreu atraso porque o avião que num primeiro momento seria enviado, não foi por falta de condições operacionais. (Folha de S. Paulo – Brasil – 25/09/04; Folha de S. Paulo – Mundo – 25/09/04; Folha de S. Paulo – Mundo – 26/09/04; Folha de S. Paulo – Mundo – 27/09/04; Folha de S. Paulo – Mundo – 28/09/04; Jornal do Brasil – Internacional – 28/09/04 O Estado de S. Paulo – Internacional – 27/09/04; O Globo – O Mundo – 27/09/04).

Anistia I – Governo reservou R\$ 2 milhões para indenizações

Segundo a *Folha de S. Paulo*, o governo federal enviou ao Congresso um projeto de lei com crédito suplementar de R\$ 2 milhões para o pagamento de 13 indenizações a vítimas do regime militar aprovadas desde janeiro de 2003 pela Comissão especial de Mortos e Desaparecidos Políticos, ligada à Secretaria Especial de Direitos Humanos da Previdência. Um outro projeto de lei enviado também pelo governo federal ao Congresso destina R\$ 20 milhões para o suplemento da verba vinculada à Comissão de Anistia do Ministério da Justiça. (Folha de S. Paulo – Brasil – 28/09/04).

Ação pede fim de transferência livre a militar

O jornal *Folha de S. Paulo* informou que o Ministério Público Federal entrou com ação cautelar na Justiça pedindo a suspensão do parecer da Advocacia Gerais da União (AGU) que reconhece a militares e dependentes o direito a vagas em universidades federais caso haja transferência por dever do cargo, mesmo quando os estudantes estiverem matriculados em instituição particular. Segundo o jornal *O Globo*, o parecer foi publicado em 15 de setembro e teve como objetivo pôr fim a interpretações divergentes dos ministérios da Defesa e da Educação quanto à aplicação da Lei 9.536, de 1997, que trata do direito à vaga em universidade para servidores da União (civis e militares) em caso de transferência por dever do cargo. A medida, aprovada pelo presidente Luiz Inácio Lula da Silva, vale para as 44 universidades federais. Conforme relatado no último *Informe Brasil*, o Conselho Universitário da Universidade de Brasília (UnB) decidiu suspender o próximo vestibular para 25 vagas do curso de Direito alegando que o parecer "ameaça a qualidade e as condições de ensino". A UnB diz receber, em média, 300 pedidos de transferência por semestre, sendo a maioria de militares. Só para o curso de

Direito são cerca de 70 solicitações de militares e dependentes. Segundo *O Estado de S. Paulo*, após dez dias da emissão do parecer, o número de pedidos de transferência de militares oriundos de escolas particulares para a UnB já havia aumentado significativamente. O *Jornal do Brasil (JB)*, assim como o jornal *O Globo*, informou ainda que, no dia 24, cerca de 400 estudantes marcharam na Esplanada dos Ministérios protestando contra o parecer da AGU. A *Folha de S. Paulo* relatou que os estudantes protestavam contra a decisão da UnB de cancelar o vestibular. Uma nova marcha ocorreu no dia 28 e contou com a participação de cerca de mil estudantes. (*Folha de S. Paulo – Cotidiano – 25/09/04*; *Jornal do Brasil – Brasília – 25/09/04*; *O Estado de S. Paulo – Geral – 28/09/04*; *O Globo – Primeiro Caderno – 25/09/04*; *O Globo – País – 29/09/04*).

Anistia II - Família pede anistia póstuma para presidente deposto pelo regime militar de 1964

A família do presidente João Goulart, deposto pelo regime militar de 1964, protocolou neste dia 30 na Comissão de Anistia do Ministério da Justiça, em Brasília, o primeiro pedido de reparação da imagem de um ex-presidente da República no Brasil. A família pede uma declaração póstuma da condição de anistiado político para o presidente e para a viúva, Maria Thereza, a reparação econômica em parcela única e uma pensão retroativa à morte de João Goulart, ocorrida no ano de 1976. Segundo os jornais *Folha de S. Paulo* e *O Globo*, a viúva Maria Thereza já recebe, desde o início da década de 90, uma pensão de R\$ 8.800, valor correspondente ao salário integral do presidente da República. No entanto, de acordo com *O Estado de S. Paulo*, a viúva recebe remuneração equivalente ao que ganha um ministro aposentado do Supremo Tribunal Federal (STF), pouco mais de R\$ 19 mil reais mensais. Além do reconhecimento póstumo, Maria Thereza diz que também foi motivada a entrar com o pedido na comissão pelos danos que a família sofreu, considerando-se que durante os 12 anos de exílio, eles viveram entre o Uruguai e a Argentina, sofrendo ameaças e sob forte segurança. O nome do Ex-Presidente não está na lista dos anistiados de 1979, porque somente os opositores e cassados pelo regime que estavam vivos foram reconhecidos pela lei. O advogado da família, Gilmar Stelo, acredita que este é o primeiro processo para o reconhecimento histórico de um Presidente deposto na América Latina. "É a chance de se fazer uma correção histórica", afirma ele. (*Folha de S. Paulo – Brasil – 30/09/04*; *O Estado de S. Paulo – Nacional – 30/09/04*; *O Globo – O País – 30/09/04*).

Estados Unidos anunciam vinda de Powell ao Brasil

Segundo o jornal *O Estado de S. Paulo*, o porta-voz do departamento de Estado norte-americano, Richard Boucher, anunciou neste dia 29 a visita que o secretário de Estado Colin Powell fará ao Brasil, na próxima semana. O porta-voz disse que o Brasil "é um importante parceiro hemisférico" para os Estados Unidos. De acordo com Boucher, o secretário pretende discutir "a situação na Venezuela, nosso reconhecimento pelos esforços que o Brasil vem fazendo no Haiti e a cooperação em assuntos de segurança, incluindo a atual presença do Brasil no

Conselho de Segurança (das Nações Unidas) e outros temas como comércio, interesses comuns e temas globais". Embora não ocupe lugar destacado na agenda bilateral, a controvérsia entre o governo brasileiro e a Agência Internacional de Energia Atômica sobre as modalidades de inspeção da planta de enriquecimento de urânio de Resende (no estado do Rio de Janeiro) deverá ser debatida. A expectativa de Washington é de que o Brasil use seus tratos com a AIEA para reafirmar o papel exemplar que assumiu no campo da não-proliferação na década passada. Na visão da administração Bush e de especialistas em segurança, uma resolução das dificuldades entre o Brasil e a agência tem importância especial neste momento porque reforçará a posição da AIEA em sua confrontação com o Irã. O secretário de Estado deverá ser recebido pelo presidente Luiz Inácio Lula da Silva e encontrar-se com ministros, membros do Congresso e representantes do empresariado. (O Estado de S. Paulo – Nacional – 30/09/04; O Estado de S. Paulo – Nacional - 01/10/04).

Governo incluirá salvaguardas em minuta de lei sobre o terrorismo

A *Folha* informou que o Ministério da Justiça tentará tanto modificar a minuta da lei que define o terrorismo, quanto incluir salvaguardas para que organizações do crime organizado e parcelas radicais do movimento social no país não sejam considerados grupos terroristas. O jornal lembrou que a minuta em atual estudo no governo Lula, dá margem ao enquadramento de facções criminosas e alas radicais de movimentos sociais. O projeto está em processo na Câmara de Relações Exteriores e Defesa Nacional (Creden), órgão de assessoramento da Presidência da República. Um alto funcionário do Ministério da Justiça - pasta que tem assento na Creden - explicou que a definição do crime de terrorismo vem sendo a principal dificuldade da câmara. Isso porque as condutas descritas na minuta são vistas como atos terroristas em muitos países do mundo, mas não podem ser aplicadas ao Brasil. Um exemplo de conduta considerada terrorista em outros países são os atentados à bomba praticados por facções criminosas, como os realizados pelo Primeiro Comando da Capital (PCC) em São Paulo e pelo Comando Vermelho no Rio de Janeiro. Outro caso atípico do Brasil são as invasões de terra promovidas por grupos organizados, como o Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST). De acordo com a *Folha*, as salvaguardas na nova lei deverão ser pontuais. Por exemplo, quando o texto definir como ato terrorista, a invasão de propriedade privada com motivação política, a salvaguarda deverá ser um trecho explicando "exceto em casos de movimentos de trabalhadores sem terra". (Folha de S. Paulo – Brasil – 01/10/04).

Governo diz que negociação com AIEA se processa normalmente

O *Estado* mostrou que as negociações entre o Brasil e a Agência Internacional de Energia Atômica (AIEA) para a inspeção da unidade nuclear de Resende, no estado do Rio de Janeiro, vêm seguindo "um procedimento absolutamente normal", conforme afirmou o Ministério da Ciência e Tecnologia. Em nota à imprensa, o ministério diz que "não cabem especulações sobre o acesso" às centrífugas para enriquecimento de urânio, "ou tentativa de não cumprimento de

acordos internacionais por parte do Brasil". A nota é resposta a reportagens sobre as negociações. O "The Times" afirmou que o mundo tem que olhar com preocupação o programa nuclear brasileiro - não porque o país queira fazer bombas, mas porque deixaria o caminho aberto a isso. O Brasil e AIEA vêm discutindo como será a verificação da primeira unidade brasileira de enriquecimento de urânio que está prevista para o dia 18 deste mês. De acordo com o jornal, há desconfiança por parte do Departamento de Defesa dos Estados Unidos de que as centrífugas brasileiras tenham sido compradas clandestinamente no Paquistão. A divulgação de notícias como esta vem causando incômodo às autoridades militares que se defendem lembrando do esforço feito pelo antigo Ministério da Marinha para garantir, apesar da falta de recursos, a continuidade do projeto de enriquecimento de urânio para fins pacíficos. (O Estado de S. Paulo – Nacional – 01/10/04).

Colômbia deve comprar 24 caças leves do Brasil

Conforme divulgado por *O Estado de S. Paulo*, a Colômbia ativará o processo de compra de 24 novos aviões leves de ataque destinados a combater a guerrilha das suas Forças Armadas Revolucionárias (Farc). A aquisição, por consulta direta, estava interrompida há dois anos. O valor do contrato é estimado em cerca de R\$ 680 milhões. Em novembro de 2002, o chefe do Comando Sul do Pentágono, general James Hill, enviou carta - revelada por *O Estado* - ao general Mora Rangel, comandante das Forças Militares colombianas, desaconselhando a operação. Logo em seguida, o presidente Álvaro Uribe suspendeu o procedimento. Na época, o equipamento com melhor posição na avaliação técnica e financeira do Ministério da Defesa era o Emb-314 Super Tucano, produzido pela Embraer. Nesta quinta-feira (30), o vice-presidente para o Mercado de Defesa, Romualdo Monteiro de Barros, disse que "a empresa está acompanhando o assunto com grande atenção". O ministro da Defesa colombiano, Jorge Alberto Uribe, disse que pretende decidir a escolha do modelo e assinar o contrato até janeiro de 2005, para permitir que as primeiras entregas sejam feitas no segundo semestre. O Emb-314 Super Tucano é o vetor armado do Sistema de Proteção da Amazônia (Sipam). Foi criado para atuar nas condições críticas da selva com tecnologia eletrônica de última geração. Pode levar 1,5 tonelada de metralhadoras, canhões, mísseis, foguetes e bombas inteligentes, dirigidas por laser até o alvo. Voa a 513 km/hora em cruzeiro (máxima de 560 km/hora). O Comando da Aeronáutica encomendou 76 unidades - 25 delas do tipo A-29 que serão empregadas exclusivamente na segurança do espaço aéreo da Amazônia. As demais, da série AT-29, de dois lugares, servirão para missões de ataque e ao treinamento de pilotos. Os principais concorrentes são o KAI KO 1, da Coreia do Sul, o novo Pilatus PC-21, da Suíça, e o T-6A Texan II, dos Estados Unidos. (O Estado de S. Paulo – Nacional – 01/10/04).

Exército esteve de sobreaviso para proteger as eleições municipais

O *Jornal do Brasil (JB)* informou que o presidente do Tribunal Regional Eleitoral (TRE), desembargador Marcus Faver, visitou nesta quinta-feira (30) o general

Manoel Luís Valdevez de Castro, comandante do Comando Militar do Leste, para passar ao Exército as estratégias de segurança para eventual atuação nas eleições de domingo (03). No entanto, de acordo com Faver, foi uma medida apenas de cautela. (Jornal do Brasil – Brasil – 01/10/04).

SITES DE REFERÊNCIA:

Folha de S. Paulo – www.folha.com.br

Jornal do Brasil – www.jb.com.br

O Estado de S. Paulo – www.estado.com.br

O Globo – www.oglobo.com.br

*Informamos que as colunas opinativas da *Folha de S. Paulo* e o conteúdo integral de *O Estado de S. Paulo* não estão mais disponíveis gratuitamente na versão *on line*. No entanto, aqueles que tiverem interesse em receber as notícias destes jornais utilizadas na produção do Informe Brasil, podem solicitá-las a observatorio@franca.unesp.br

O **Informe Brasil é uma produção do **Grupo de Estudos de Defesa e Segurança Internacional (GEDES)** do Centro de Estudos Latino-Americanos (CELA) da Universidade Estadual Paulista (UNESP), coordenado pelo Prof. Dr. Héctor Luis Saint-Pierre. É redigido por Adele Godoy (bolsista PIBIC/CNPq), Ana Cláudia Jaquetto Pereira (bolsista FAPESP) e Guilherme Miranda (graduandos em Relações Internacionais), sob a responsabilidade de Érica Winand (Pós-Graduanda em História/ bolsista CAPES). As informações aqui reproduzidas são de inteira propriedade dos jornais.